

INSTITUTIONAL WORK E CONHECIMENTO EM REDES INTERORGANIZACIONAIS: UMA PROPOSTA PARA INVESTIGAR APLs

MÁRCIO JACOMETTI

Doutor em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná (PPGADM-UFPR).

Professor/chefe do Departamento Acadêmico de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Dachs-UTFPR).

Avenida Alberto Carazzai, 1.640, Centro, Cornélio Procopio – PR – Brasil – CEP 86300-000

E-mail: jacometti@ufpr.edu.br

SANDRO APARECIDO GONÇALVES

Doutor em Administração pelo Programa de Mestrado Acadêmico e Doutorado em Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Professor do Departamento de Administração Geral e Aplicada da Universidade Federal do Paraná (Daga-UFPR).

Avenida Prefeito Lothário, 632, 2º andar, Jardim Botânico, Curitiba – PR – Brasil – CEP 80210-170

E-mail: sag2@uol.com.br

MARCOS DE CASTRO

Doutor em Administração pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná (PPGADM-UFPR).

Professor adjunto do Departamento de Administração da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro).

Rua Padre Salvador, 875, Caixa Postal 730, Santa Cruz, Guarapuava – PR – Brasil – CEP 85015-430

E-mail: marcosdecastroms@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar um esquema de análise de arranjos produtivos locais (APLs) pela via das perspectivas institucional e de redes para avaliar a institucionalização do modelo APL em aglomerações de empresas. Ao longo da base teórica do trabalho, é proposto um conjunto de 13 hipóteses que exploram novas relações entre os constructos utilizados na análise. Os argumentos se fundamentam em pressupostos institucionalistas e introduzem a lógica da mudança a partir do *institutional work* de atores imersos numa rede interorganizacional que trocam conhecimento por meio da relação social. O esquema de análise, definido como microprocedimento da institucionalização, é construído a partir da aceitação, implementação, internalização e difusão de padrões, ações sociais e conhecimentos, levando em conta a influência dos contextos institucional e relacional no nível do campo organizacional. A metodologia para tratamento empírico do modelo propõe iniciar a investigação mediante uma base qualitativa por meio da análise de conteúdo temática das fontes da pesquisa no nível do campo e pelo cruzamento desses dados no nível dos atores imersos com o uso de ferramentas quantitativas. Assim, a pesquisa caracteriza-se como estudo de caso múltiplo comparativo, em que casos individuais são estudados e comparados para manifestar características similares ou contrastantes e alcançar uma melhor compreensão do fenômeno. A utilização do modelo teórico desenvolvido poderá explicar como a institucionalização acontece numa lógica *bottom-up* em detrimento de uma visão determinista baseada somente no contexto institucional. O esquema de análise revela-se consistente, original e adequado para avaliar a institucionalização em APLs, bem como para testar empiricamente as hipóteses apresentadas. Essa abordagem mais centrada na agência, levando em conta as influências do contexto institucional e o caráter de sua lógica evolucionista, coaduna-se com a sociologia compreensiva weberiana e denota uma coerência com os pressupostos epistemológicos do construtivismo social, resultando na necessária utilização de vários métodos de pesquisa. Na conclusão, além de suas contribuições, o artigo apresenta uma agenda de pesquisa sobre institucionalização

em APLs e outros objetos de pesquisa, e propõe o teste empírico do modelo e de outras teorias institucionalistas.

PALAVRAS-CHAVE

Institutional work. Conhecimento difundido. Redes interorganizacionais. Arranjos produtivos locais. Institucionalização.

1 INTRODUÇÃO

A perspectiva institucional de análise vem sendo cada vez mais utilizada para explicar fenômenos complexos no campo da administração, como é o caso de aglomerações de empresas de um determinado segmento econômico conhecidas como arranjos produtivos locais (APLs).

Diante da complexidade dos problemas de pesquisa e da proliferação de distintos paradigmas no escopo da teoria das organizações, Hall e Taylor (1996) tentaram distinguir as abordagens institucionais ao proporem três escolas básicas do pensamento institucionalista: institucionalismo econômico¹ (escolha racional), institucionalismo histórico² (comparativo) e institucionalismo organizacional³ (sociológico).

Mais recentemente, tem havido uma preocupação em identificar de que maneira as instituições são estabelecidas e mantidas ao longo do tempo. Greenwood, Oliver, Sahlin e Suddaby (2008) mostraram como a pesquisa institucionalista, aplicada ao comportamento organizacional, evoluiu ao longo do tempo e quanto desse trabalho não se adaptou às classificações oferecidas por Hall e Taylor (1996) ou Campbell (2004). A orientação não é perguntar o que distingue o

¹ Opera em dois níveis inter-relacionados: o ambiente institucional e as instituições de governança (Williamson, 2005). Assim, os atores são estimulados a fazer adaptações institucionais diante de mudanças na tecnologia ou nas regras do jogo, para ajustar a estrutura de governança e manter a eficiência (North, 1990).

² Considera as instituições como legados políticos de lutas históricas concretas, adotando uma visão que privilegia o poder das instituições. O modelo de Mahoney e Thelen (2010) sobre as diferentes mobilizações dos atores para a mudança institucional caracteriza que o sucesso dos vários agentes depende crucialmente das coalizões que eles conseguem moldar deliberadamente ou que emergem no decurso das forças distributivas de poder.

³ Preocupa-se em entender “como e por que as organizações se comportam da maneira que se comportam e com quais consequências” (Greenwood *et al.*, 2008, p. 1), buscando investigar questões de pesquisa relacionadas a campos organizacionais e ao contexto institucional mais amplo. Os *papers* semanais de Meyer e Rowan (1977), Zucker (1977), DiMaggio e Powell (1983), Meyer e Scott (1983) e Tolbert e Zucker (1983) introduziram o que ficou conhecido como novo institucionalismo sociológico na literatura.

institucionalismo organizacional, mas sim o que a perspectiva institucional nos diz sobre esse comportamento. Percebe-se a necessidade de estudos mais focados no nível micro de análise que expliquem as origens das instituições. Para Meyer e Rowan (1977, p. 341), institucionalização é o processo pelo qual “os processos sociais, as obrigações ou as atualidades passam a ter um *status* de regra no pensamento e na ação social”. Antes de serem estabelecidas, é necessário supor que as instituições tenham passado por um processo de aceitação, implementação, internalização e difusão entre os atores sociais imersos no campo, para serem aceitas ao longo do tempo e incorporadas ao contexto mais amplo. Para compreender isso, a microanálise⁴ é fundamental, e este artigo propõe um modelo de análise e algumas hipóteses para testá-lo.

A recente vertente do *institutional work*, que foi introduzida por Lawrence e Suddaby (2006), aponta uma direção interessante para os estudos institucionais de organizações ao conectar um conjunto de ideias anteriormente díspares e, ao fazer isso, induz a novas questões e abre espaço para novas conversações, que reorientam essas preocupações tradicionais, deslocando o foco para entender como a ação social afeta as instituições e identifica as práticas pelas quais elas são estabelecidas e passíveis de transformação (Lawrence, Suddaby, & Leca, 2009). Assim, a ação social é vista como aquilo que se torna concreto num arranjo organizacional e que configura e produz a instituição que vigora. Desse modo, é coerente configurar um estudo que se ocupe da institucionalização a partir dos atores sociais imersos num campo organizacional⁵. O trabalho de Suddaby e Viale (2011) contempla uma análise empírica a partir do *institutional work* de uma rede de profissionais. No Brasil, apenas recentemente esse tema começou a ser investigado (Coraiola, Baratter, Takahashi, & Lemos, 2012; Jacometti, 2013; Leonel & Cunha, 2013; entre outros), e há uma seara enorme a ser desvendada.

O fenômeno dos APLs, como aglomerações de empresas que buscam se desenvolver pelo compartilhamento de conhecimentos ao longo do tempo,

⁴ A ideia aqui é situar o movimento da teoria institucional da macroanálise, de caráter sistêmico, estrutural e funcional (criticada por ser determinista ou privilegiar o entendimento da estabilidade e não da mudança), para a microanálise, em que o ator social tem voz e influência. Assim, a criação de instituições, e não a sua estrita adoção, pode então ser explicada.

⁵ Campo organizacional é definido como organizações que constituem uma área de reconhecimento da vida institucional: os principais fornecedores, fontes de recursos, consumidores, agências reguladoras e outras organizações que produzem produtos e serviços similares. Essa definição tem sua origem em estudos dos setores industriais. Contudo, o conceito é mais abrangente do que isso, a noção de campo denota a existência de uma comunidade de organizações que compartilha um sistema de significados comuns e cujos participantes interagem mais frequentemente entre si do que com outros atores sociais fora do campo. O campo visa explicar a convergência das formas e práticas organizacionais, orientadas pela legitimidade que é, por sua vez, produto dos isomorfismos que ocorrem em seu interior (DiMaggio & Powell, 1983; Scott, 1994).

envolve, além de aspectos geoeconômicos, uma dimensão simbólica que está implícita na interação social entre os atores imersos e que pode ser apreciada por meio da microanálise. Essa dimensão cultural-cognitiva não foi trabalhada de modo suficiente na literatura que tradicionalmente tem pesquisado os APLs com base em aspectos predominantemente econômicos (Negrão, 2006; Putnam, 2006; Rodrigues, 2003; Suzigan, 2001; Vicari, 2009).

O presente artigo propõe a investigação de como se processa a institucionalização nesses APLs, apresentando um modelo de análise com suas respectivas hipóteses para avaliar até que ponto o modelo APL foi aceito, implementado, internalizado e difundido em aglomerados de empresas. Assim, o estudo se debruça sobre o conhecimento difundido resultante do *institutional work* dos atores sociais interessados na consolidação desses arranjos. Na sequência, a situação em estudo e os fundamentos teórico-empíricos da pesquisa são apresentados.

2 A SITUAÇÃO EM ESTUDO

Há diversos conceitos utilizados para indicar o fenômeno da concentração de empresas numa determinada área geográfica – distrito industrial, *cluster*⁶ de empresas, aglomeração industrial/setorial, sistemas produtivos locais, arranjos produtivos locais, sistemas locais de inovação, entre outros. Cada terminologia possibilita distinções sutis e provoca um amplo debate acadêmico. Neste trabalho, foi adotada a nomenclatura de APLs para caracterizar as aglomerações, levando em conta a dimensão cultural-cognitiva. Assim, os APLs referem-se a aglomerados de atores sociais imersos num campo organizacional específico (DiMaggio & Powell, 1983), que apresentam vínculos econômicos, políticos, relacionais (Powell, White, Koput, & Owen-Smith, 2005) e institucionais regulativos, normativos e cognitivos (Scott, 2008), que possibilitam a implementação de ações sociais (Weber, 1994) comuns de cooperação e a internalização de conhecimentos. Podem incluir empresas e suas formas de associação, bem como instituições públicas e privadas voltadas à formação e ao treinamento de recursos humanos, pesquisa e desenvolvimento, promoção e financiamento (Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais, 2009).

Amato (2000) ressalta que a análise do fenômeno das aglomerações industriais ocorreu por meio de constatações acerca das transformações ocorridas em algumas regiões que estavam conseguindo se desenvolver, apesar da recessão

⁶ De acordo com Porter (1998), *clusters* se constituem em concentrações geográficas de empresas e instituições, ligadas por aspectos que podem ser compartilhados e complementados entre si. Essas empresas cooperam e colaboram para o desenvolvimento de vantagens econômicas e estratégicas.

econômica. Nesse contexto, a região que mais se destaca na literatura é Emília Romagna, que compreende as áreas Norte e Nordeste da Itália (Amato, 2000). Casarotto e Pires (2001) citam esse caso como modelo de desenvolvimento regional, em que as pequenas empresas de Emília Romagna se associaram para se beneficiar da escala da marca regional, da produção e da tecnologia, da logística e da vocação da região, para que pudessem ser competitivas e lograr sucesso. Em todos esses casos, observa-se que o comportamento organizacional orientado exclusivamente por fins econômicos é restringido no nível do campo. As empresas de tecnologia aglomeradas no Vale do Silício (Saxenian, 1994), por exemplo, são orientadas a priorizar o benefício coletivo em detrimento da adoção de ações oportunistas ocasionais. A ideia de APL como um meio para induzir ao desenvolvimento socioeconômico foi introduzida no Brasil como um modelo prescrito de referência nos anos 1990, e, segundo Costa (2010), os APLs vêm se constituindo como um importante instrumento de política econômica. O Ministério da Integração Nacional do governo brasileiro considera-os como um dos mais importantes instrumentos de geração de emprego e renda para a estratégia de redução das históricas desigualdades regionais do país.

Neste início de século, muitas pesquisas sobre APLs têm sido feitas no Brasil (Castro, 2013; Jacometti, 2013; Lastres, 2007; Machado, 2003; Negrão, 2006; Rocha & Bursztyn, 2006; Rodrigues, 2003; Suzigan, 2001; Vicari, 2009), reforçando a importância desse fenômeno para auxiliar na definição de um modelo estruturado de indução do desenvolvimento socioeconômico para o país. Um dos maiores desafios dos países da América Latina é lidar com a intensa desigualdade social e a deterioração do meio ambiente.

3 INSTITUIÇÕES, ORGANIZAÇÕES E CONTEXTOS

As condições vigentes num determinado contexto são importantes na análise institucional, uma vez que a ênfase na microanálise deve levar em conta as instituições estabelecidas e as condições econômicas e relacionais que afetam o *institutional work* e o conhecimento difundido em redes interorganizacionais, ou seja, esses contextos já existiam antes de os APLs serem implementados. Dessa forma, é pertinente considerar essa influência no modelo de análise proposto.

Na teoria institucional, os norteadores das práticas sociais são as instituições que modelam e conferem certas probabilidades maiores de ação em detrimento de outras. Não se afirma que há predeterminismo independente da vontade dos atores sociais, e sim que eles nascem numa realidade institucionalizada com

tipificações que dizem como as coisas devem ser. Scott (2008) distinguiu, para as várias vertentes de análise institucional, os pilares institucionais regulativo, normativo e cultural-cognitivo como elementos que sustentam as instituições e que explicam melhor o relacionamento entre as organizações e o seu ambiente. Scott (2008, p. 48) definiu instituições como

[...] estruturas e atividades cognitivas, normativas e regulativas que fornecem estabilidade e significado ao comportamento social. Instituições são disseminadas por vários *carriers* – culturas, estruturas e rotinas – e operam em múltiplos níveis de jurisdição.

O contexto institucional se refere ao conjunto dos elementos ambientais de natureza institucional e técnica que envolve as organizações e com o qual elas interagem. Pode apresentar-se em três níveis – local/regional, nacional e internacional –, formando o contexto institucional de referência adotado por uma organização (Guarido & Machado-da-Silva, 2001; Greenwood *et al.*, 2008; Machado-da-Silva & Fonseca, 2010a; Scott, 1992).

3.1 AMBIENTE INSTITUCIONAL

O ambiente institucional diz respeito a regras e procedimentos socialmente elaborados que vigoram num determinado contexto social, entendidos como guias para a ação que, sob a devida conformidade da organização, lhe proporcionam legitimidade e suporte contextual (Guarido & Machado-da-Silva, 2001; Scott, 2002; Machado-da-Silva & Fonseca, 2010a). Scott (2008) atribui pesos iguais aos elementos institucionais – regulativo, normativo e cognitivo – e ressalta a importância de identificar as condições que caracterizam determinado tempo e lugar e que influenciam a forma, o funcionamento e a legitimidade das organizações. A tendência à homogeneização não exclui a competição, de modo que existe espaço para uma postura pró-ativa da organização sobre o seu ambiente, visando ao alcance de objetivos (Machado-da-Silva & Fonseca, 2010a). Essa concepção possibilita uma análise que pode abranger tanto aspectos relativos à ação quanto à interpretação, ou seja, admite que as organizações criam uma representação de seu ambiente e que possuem a capacidade de modificá-lo (Scott, 1992). Assim:

- Hipótese 1: As instituições vigentes no ambiente institucional dos APLs reforçam a implementação do modelo APL via *institutional work* dos atores sociais imersos.

Encarar as organizações como socialmente imersas no contexto ambiental (Polanyi, 1944) pressupõe, de acordo com Machado-da-Silva e Fonseca (2010b, p. 72), “redirecionar o raciocínio no sentido de [...] que as propriedades do nível macro da relação entre organização e ambiente geram efeitos recíprocos no nível micro da conduta organizacional”. Dessa forma, a hipótese 1 é construída como algo provável e não determinante. Em relação à dimensão técnica do contexto institucional, tal constatação também é válida.

3.2 AMBIENTE TÉCNICO

O ambiente técnico caracteriza-se pelo espaço de competição na ótica econômica, cuja dinâmica de funcionamento desencadeia-se por meio da troca de bens e serviços, de modo que as organizações que nele se incluem são avaliadas pelo processamento tecnicamente eficiente do trabalho (Machado-da-Silva & Fonseca, 2010a). Constitui-se dos fatores que suprem as dependências econômico-funcionais das organizações que vão determinar a sua posição no mercado e o seu potencial de concorrência (DiMaggio & Powell, 1983).

Kraatz e Zajac (1996) enfatizam a importância tanto da competição no mercado como de fatores institucionais como causa de mudança organizacional. Forças de mercado, como a demanda dos consumidores, podem provocar mudanças divergentes entre organizações. Machado-da-Silva e Barbosa (2002) constataram que a competitividade não depende apenas de fatores econômicos, mas também de uma conduta socialmente valorizada que garanta a legitimidade e a sobrevivência no contexto, resultando num isomorfismo competitivo (DiMaggio & Powell, 1983; Machado-da-Silva & Fonseca, 2010a). Nesse âmbito, conforme comenta Gonçalves (2007, p. 8), “quando se fala em eficiência, e em arranjos estruturais que maximizam a eficiência, pode-se tratar tanto da estrutura organizacional quanto da estrutura da indústria e do mercado no qual se insere a organização”. Assim, as condições econômicas do ambiente técnico utilizadas para descrever, no nível do campo organizacional, cada APL foram: 1. benefícios econômicos, 2. competitividade do setor, 3. políticas públicas desenvolvimentistas e 4. situação do mercado.

Desse modo, mostrou-se pertinente levantar, na literatura, os fundamentos das dimensões utilizadas para compor o ambiente técnico: os benefícios econômicos se referem às vantagens resultantes da aglomeração de empresas (Erber, 2008; Marshall, 1925) e podem ser entendidos como externalidades, que, de acordo com Nath (1969), existem quando a produção de uma empresa depende de alguma atividade de outra que faz parte da rede. Assim, é pertinente supor o seguinte:

- Hipótese 2: Os benefícios econômicos resultantes no ambiente técnico dos APLs geram maior aceitação do modelo APL pelos atores sociais imersos no campo organizacional.

Com relação à competitividade do setor, é necessário apurar o quanto ela é valorizada num APL de modo a influenciar comportamentos organizacionais e a adoção de certas ações, cuja efetividade, influenciada pela noção de eficiência que prevalece no ambiente, gera resultados significativos para o setor como um todo.

A competitividade organizacional está ligada à obtenção, manutenção e uso de recursos apropriados para alcançar os índices econômicos e técnico-operacionais, valorizados e interpretados como expressões de competência e competitividade [...]. Nessa faceta da dimensão contextual, seria avaliada por meio de indicadores quantitativos de qualidade, produtividade, eficiência e desempenho econômico (Machado-da-Silva & Barbosa, 2002, p. 9).

Há situações distintas em que os atores imersos competem e situações em que eles cooperam. Diante das condições institucionais, econômicas e relacionais, pode haver colaboração competitiva ou membros distintos que se isolam e só competem. É preciso verificar se prevalece no APL a noção de que, ao participar de um arranjo, a cooperação ocorre para competir com um terceiro, pois o inimigo da competição não estaria entre os membros que fazem parte do APL. Outro aspecto a ser avaliado é em relação à natureza da mudança envolvida para comprar junto, que é mais provável, e para vender em conjunto, que envolve maior comprometimento e complexidade. A probabilidade de uma ou de outra situação está relacionada com a internalização de padrões dados como certos. Assim:

- Hipótese 3: A busca pelo aumento da competitividade do setor gera maior internalização do modelo APL pelos atores sociais imersos num campo organizacional.

Sobre as políticas públicas, Souza (2006, p. 26) resume o tema como o campo do conhecimento que busca “colocar o governo em ação” nas diversas esferas, para produzir resultados ou mudanças no mundo real:

Após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistemas de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando [...] submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

As políticas públicas do tipo desenvolvimentista focam os desenvolvimentos local e setorial, de modo a contribuir efetivamente para a sustentabilidade das empresas, o aumento de suas vantagens competitivas e o crescimento socioeconômico de uma região.

Em relação à situação do mercado, reconhece-se que ele funciona como um processo competitivo de descoberta que é posto em movimento pela miríade de planos e atividades de produtores e consumidores que colaboram e concorrem sob a divisão social do trabalho. De acordo com Outhwaite e Bottomore (1996, p. 460):

O processo de mercado é o resultado de todas as atividades de seus participantes, mas não é produto nem do desígnio nem da deliberação de ninguém [...]. A ordem do mercado é uma consequência involuntária da busca pelos indivíduos de seus próprios interesses [...], a economia de mercado nem começa em equilíbrio geral, nem poderá jamais alcançá-lo. Em vez disso, provê [...] uma ordem sempre em evolução, um padrão discernível de acontecimentos [...], um sistema de mercado desimpedido dissemina o conhecimento a respeito da relativa escassez de bens e serviços entre os participantes do mercado, que usam cálculos econômicos [...] para interpretar a informação embutida em preços competitivos.

Nesse sentido, a situação do mercado, em termos de conjuntura econômica e tendências, pode ser apreciada por meio de sua amplitude, padronização de produtos e serviços, taxa de crescimento e quantidade de contratos de trabalho para ilustrar cada APL, de modo a obter uma explicação acessória de por que foi institucionalizado ou não. Uma parte do argumento para marcar o período inicial da situação do mercado é o uso da política pública, como instrumento desenvolvimentista para criar e alavancar os APLs. Por isso:

- Hipótese 4a: As políticas públicas desenvolvimentistas geram maior consonância para a implementação do modelo APL pelos atores sociais imersos no campo organizacional.
- Hipótese 4b: A situação do mercado gerada resulta em maior consonância para a implementação do modelo APL pelos atores sociais imersos no campo organizacional.

Assim, o ambiente técnico de operação das empresas de um APL exerce uma influência importante tanto para reforçar a implementação do *institutional work* por parte dos atores no campo como para disseminar conhecimento em organizações. De forma similar, o contexto relacional, descrito na sequência, também contribui para a efetivação do fenômeno.

3.3 CONTEXTO RELACIONAL

O contexto institucional favorável é necessário, mas não suficiente para que um conjunto de ações e conhecimentos seja completamente difundido numa rede de organizações. Powell e Smith-Doerr (1994) apresentam o estudo sobre redes como uma abordagem alternativa ao determinismo cultural e à abordagem econômica, na medida em que as redes são entendidas como produto da agência humana, tendo como foco e unidade de análise as relações sociais entre os indivíduos ou organizações e não atores isolados.

Weber (1994, pp. 16-17) define relação social como o comportamento reciprocamente referido quanto ao seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência. Uma relação social só se estabelece quando se orienta exclusivamente pela expectativa de determinado comportamento de outros, e é essa expectativa que orienta a ação de maneira racional – seja referente a fins ou a valores. Consiste, portanto, completa e exclusivamente, na probabilidade de que se aja socialmente numa forma indicada pelo sentido, não importando em que se baseia essa probabilidade. A existência de uma relação social significa, portanto, a presença dessa probabilidade.

No contexto relacional, importa observar o histórico das relações definido como o conjunto de fatores que se perpetuam ao longo do tempo para preservar e fortalecer o comportamento reciprocamente referido, quanto ao seu conteúdo de sentido, entre organizações imersas num determinado campo organizacional e que têm a probabilidade de repetição contínua (Granovetter, 1985; Weber, 1994). Esse histórico é evidenciado por: 1. atitudes da coalizão de atores indutores ao longo do tempo, 2. desenvolvimento das relações sociais no campo e 3. relações de poder e dependência estabelecidas entre os atores. Esses fatores são decisivos para obter as condições relacionais necessárias num campo, de modo que a institucionalização de novos padrões seja possível, levando em conta as instituições vigentes e as condições econômicas.

O conjunto de jogadores-chave forma uma espécie de coalizão (Kostova, 1999) que, no caso dos APLs, envolve os atores indutores na governança, definidos como empresários líderes de um setor, e os representantes das entidades como grupo especialista, cujas atitudes e confiança recíproca são fundamentais para a implementação do modelo prescrito de APL, mediante ações sociais de implementação e difusão. Essa coalizão é importante porque tem o controle sobre os recursos necessários, e suas atitudes induzem ou não a uma transferência bem-sucedida. O principal papel dessa coalizão, como agente catalisador e animador, é justamente estimular a cooperação, pois trata-se de um processo que precisa ser estimulado entre os atores para ser desencadeado. Desse modo, supõe-se o seguinte:

- Hipótese 5: As atitudes da coalizão de atores indutores num APL geram maior aceitação do modelo APL entre os atores sociais imersos no campo.

A interferência dos interesses na vida organizacional no campo é comumente sentida por meio das coalizões que, segundo Scott (2002), constituem grupos de indivíduos que perseguem determinados interesses e procuram impor à organização suas preferências e seus objetivos. Assim, coalizões tornam-se dominantes quando são capazes de compor alianças atraindo outros atores ou grupos de interesses similares e estabelecendo acordos com os que possuem interesses divergentes dos seus e cuja participação seja necessária à coalizão.

O desenvolvimento das relações sociais no campo é fator decisivo para que um conjunto de padrões, como os que fundamentam o modelo prescrito de APL, seja adotado, implementado, internalizado e difundido entre os atores imersos. Uma provável consequência do desenvolvimento das relações sociais é o surgimento da cooperação⁷ e o aumento da confiança. Contudo, uma cooperação bem-sucedida pode ocorrer independentemente de confiança e influenciar de modo positivo o próprio nível de confiança, pois a base da cooperação não é realmente a confiança, mas a durabilidade do relacionamento (Axelrod, 1984) e os benefícios dele resultantes. Logo:

- Hipótese 6: O desenvolvimento das relações sociais num APL gera maior consonância das ações sociais de manutenção e criação entre os atores sociais imersos naquele campo.

As relações de poder e dependência entre os atores surgem devido ao posicionamento diferenciado dos membros na rede, ou seja, egos de rede podem canalizar mais poder decisório e influenciar os demais membros; e os membros periféricos podem se sentir mais dependentes em relação ao acesso a recursos e conhecimentos. Segundo Pfeffer e Salancik (1978), a dependência pode ser de vários tipos de recurso, tais como tecnologia, capital e conhecimentos de gestão. Contudo, de acordo com DiMaggio (1986), a abordagem institucional, ao considerar as relações de dependência entre as organizações de um campo, não se refere a recursos materiais ou transações, mas aos recursos-chave para a legitimidade, que são importantes para a sobrevivência organizacional. Além disso, esses membros podem estar numa situação em que eles competem com outros por recursos organizacionais fornecidos pelas entidades do APL. Logo:

⁷ Pode-se dizer que dois ou mais atores sociais cooperam quando realizam uma atividade conjunta, para cujo resultado são necessárias ações de todos os atores envolvidos, de forma que uma ação empreendida intencionalmente por um deles facilita as ações empreendidas pelo(s) outro(s) (Albers, 2005; Axelrod, 1984).

- Hipótese 7: As relações de poder e dependência percebidas pelas empresas estão positivamente associadas com a aceitação do modelo APL, a implementação das ações sociais e a internalização dos conhecimentos difundidos no campo.

Isso também pode estar relacionado ao papel dos atores num determinado campo organizacional. Quando se trata de APLs, por exemplo, os atores sociais envolvidos podem manifestar diferentes pontos de vista sobre quais ações realizar e difundir, conforme a posição no campo. Assim, a partir da estratificação dos atores sociais imersos, como indutores ou induzidos, poderá emergir uma heterogeneidade no campo que pode estar sendo controlada ou não por questões de poder implícitas (Powell *et al.*, 2005). Esses três fatores são decisivos para obter as condições relacionais necessárias para que a institucionalização de novos padrões seja possível. Assim, o histórico das relações torna-se imprescindível para desencadear o microprocedimento da institucionalização, ou seja, esses fatores podem afetar o *institutional work* da governança de um APL para desencadear o processo de difusão de conhecimentos na rede a partir da aceitação do modelo pelos atores.

O processo de aceitação se refere à identificação dos atores imersos com padrões difundidos que reflete a consonância deles em função de algum motivo legitimado no campo. Segundo Kostova (1999), os atores sentem que são parte da organização ou pertencem a ela a partir dessa associação. De acordo com Kagan (1958), a identidade e o compromisso dos indivíduos com uma organização resultam de uma forte crença e aceitação dos valores e objetivos dessa organização. O artigo de Kodeih e Greenwood (2014), por exemplo, investigou como quatro escolas de negócios francesas responderam às demandas para internacionalizar sua gestão da educação, fazendo um esforço para manter suas identidades tradicionais.

Assim, as organizações de um APL podem partilhar as crenças e os valores incorporados nas ações que estão sendo definidas pela governança. Essa partilha permitirá que essas organizações se envolvam mais ativamente na implementação de ações, na internalização de conhecimentos e na consequente difusão destes. Os membros que são altamente comprometidos com a governança provavelmente estarão envolvidos com qualquer tarefa atribuída, incluindo a de transferência e difusão de práticas (Mathieu & Zajac, 1990). Segundo Child e Rodrigues (1996), quando os membros de uma coalizão se identificam com o padrão dado como certo, eles provavelmente preferirão imitá-lo, adotando as práticas utilizadas por seus pares. De modo inverso, se não houver identificação, o padrão será ignorado e surgirão resistências à sua adoção.

4 INSTITUTIONAL WORK E CONHECIMENTO EM ORGANIZAÇÕES

O estudo do *institutional work* reorienta o padrão tradicional de pesquisa institucional e altera o foco para entender como a ação afeta as instituições. Lawrence *et al.* (2009) definiram uma nova agenda para os estudos institucionais de organizações ao analisarem as maneiras como indivíduos, grupos e organizações trabalham para criar, manter e dirimir as instituições que estruturam suas vidas. De acordo com Scott (2008), agentes institucionais surgem numa variedade de formas e incluem tanto atores individuais como coletivos que participam da construção de novas formas institucionais e exercem vários tipos de influência sobre as formas e os processos existentes.

Esses atores podem tanto induzir como ser induzidos por ações sociais que são difundidas num determinado campo. Lawrence e Suddaby (2006, p. 215) referem-se ao *institutional work* como “a ação intencional de indivíduos e organizações que visam à criação, manutenção e interrupção das instituições”, que operam em campos organizacionais ao longo do tempo. A esse respeito, é pertinente fazer um paralelo com a visão weberiana de ação social, que é a ação por expectativa do outro como sendo algo mais próximo da noção de prática. Weber (1994), em seu livro *Economia e sociedade*, apresenta importantes dimensões sobre ação social, que culminam em sua percepção de racionalidade, considerando-a como determinante da ação social. Desse modo, percebe-se que o conceito de *institutional work* se apropria do conceito de ação social weberiano e, ao fazer isso, pode ser redefinido. Contudo, o propósito é criar, manter ou dirimir instituições. Nem toda ação social weberiana é contemplada pelo conceito de *institutional work*, mas, claramente, a ação social inserida no *institutional work* tem propósitos relacionados a padrões instituídos espaçotemporalmente – conforme a visão de Emirbayer e Mische (1998) –, com vistas à maximização de resultados e à diminuição de desperdícios.

O *institutional work* permite o entendimento sobre várias formas de agência, pois não se restringe apenas à criação de novas instituições, como é o caso do empreendedorismo institucional (Smothers, Murphy, Novicevic, & Humphreys, 2014), mas permite trabalhar com diversas formas de agir. Além disso, ele pode ser comparado à noção de habilidade social proposta por Fligstein (2001), pois ambos têm a mesma finalidade, que é a produção, reprodução ou contestação de instituições, porém a habilidade social enfatiza que, para a ação ser empreendida, a cooperação entre atores se faz necessária. Assim, o conceito de *institutional work* a ser considerado refere-se ao conjunto das ações sociais de indivíduos e organizações, localizadas espaçotemporalmente e realizadas pela expectativa do outro, que visam à criação, manutenção e interrupção das instituições para o

alcance de objetivos no campo organizacional e estabelecidas a partir das relações de poder (Emirbayer & Mische, 1998; Lawrence & Suddaby, 2006; Scott, 2008; Weber, 1994). Assim, pode-se falar em ação social de criação, ação social de manutenção e ação social de interrupção, fundamentadas nas racionalidades formal, substantiva e prática (Kalberg, 1980).

Com base nos pilares institucionais regulativos, normativos e cognitivos de Scott (2008), apresentam-se as seguintes definições:

- A ação social de criação regulativa envolve atividades para reconstrução de regras, direitos de propriedade e acesso a recursos. A normativa prevê a construção de identidades profissionais, desenvolvimento de normas, práticas e tecnologias que são complementares às instituições vigentes ou são capazes de existir em paralelo a elas. A cognitiva destina-se a alterar os sistemas de significado mediante adoção de novas práticas dadas como certas e educação de atores em habilidades e conhecimentos para apoiar novas instituições.
- Ação social de manutenção envolve atividades regulativas, normativas e cognitivas para preservar e reforçar as instituições vigentes e que asseguram o cumprimento dos padrões pela submissão às regras, normas e crenças estabelecidas.
- A ação social de dirupção refere-se a atividades para minar as instituições vigentes e iniciar desinstitucionalizações (Oliver, 1992) por meio da desconexão de sanções das regras, desvinculação de fundações morais das normas e desestabilização de crenças e valores que dão suporte às instituições.

Cada APL pode apresentar especificidades com relação ao tipo de *institutional work* realizado. O predomínio de um determinado tipo de ação social afeta os resultados efetivos alcançados por um setor em termos de institucionalização do conhecimento acumulado e difundido ao longo do tempo. Desse modo, a investigação empírica contribui de forma preponderante para dimensionar esse fenômeno em APLs, e propõe-se o seguinte:

- Hipótese 8a: Quanto menor a aceitação do modelo APL, maior o efeito das ações sociais de manutenção das instituições vigentes sobre o conhecimento difundido no campo.

Entretanto,

- Hipótese 8b: Quanto maior a aceitação do modelo APL, maior o efeito das ações sociais de criação de instituições sobre o conhecimento difundido no campo.

Ao explicarem fenômenos baseados em conhecimento nas organizações, as teorias atuais têm privilegiado processos de criação de conhecimento (Nonaka & Takeuchi, 1997) e transferência (Szulanski, 1996), sem explorar dinâmicas de institucionalização no nível micro. A literatura enfatiza a exploração instrumental dos ativos de conhecimento, uma vez que ele tem sido sintetizado nas mais diversas formas e meios de comunicação, e, assim, facilmente estabelecido e reproduzido dentro de um dado contexto organizacional (Lanzara & Patriotta, 2007).

Embora o êxito da difusão de conhecimento tenha sido o foco da gestão do conhecimento e de estudos de desempenho organizacional, poucas pesquisas têm considerado os impactos das estruturas institucionais e o papel da ação social nas redes interorganizacionais. A vertente da gestão do conhecimento limita-se a investigar a codificação do conhecimento para transformá-lo em ativo organizacional, buscando a melhor forma para converter conhecimento tácito em explícito (Davenport & Prusak, 1998; Nonaka & Takeuchi, 1997). Enquanto o acesso ao conhecimento explícito é relativamente fácil, não é possível obter a mesma percepção no tácito. Para Patriotta (2003), operacionalizar o conhecimento tácito implica identificar seus fundamentos ontológicos e os fatores que afetam o seu grau de tacitividade. Esse conhecimento é muito mais intrincado do que o tratamento reducionista oferecido pela literatura gerencial.

Assim, é preciso redefinir o conhecimento em organizações para ampliar o seu entendimento, considerando a visão construtivista de realidade. Probst, Raub e Romhardt (2002, p. 24) definem conhecimento como “o conjunto de cognições e habilidades com os quais os indivíduos solucionam problemas”. Trata-se de uma definição limitada que não aborda a experiência acumulada e a relação social para que o conhecimento evolua e proporcione mudanças. A reconstrução do conceito é baseada em três fatores que afetam a configuração particular do conhecimento em organizações. A primeira é a história do conhecimento como resultado da sedimentação e de experiências de aprendizagem durante um intervalo de tempo. O segundo é o conhecimento proveniente da prática social para solucionar problemas da vida cotidiana, e o terceiro refere-se ao hábito, em que o conhecimento está profundamente interiorizado e institucionalizado, e é usado de uma forma quase automática e irreflexiva.

Desse modo, define-se conhecimento em organizações como o conjunto de cognições, habilidades (Probst *et al.*, 2002) e mistura de experiências acumuladas (Davenport & Prusak, 1998) que se transforma e evolui na relação social (Weber, 1994) e que, substantivamente, manifesta-se: 1. de forma explícita e objetiva (Nonaka & Takeuchi, 1997; Popper, 1975) na realidade concreta; 2. efetiva e utilitária na produção de resultados práticos para a solução de problemas (Kalberg, 1980); e 3. institucional, na forma de padrões aceitos como referências mediados pela interação coletiva (Lanzara & Patriotta, 2007) na vida cotidiana.

Os três tipos de conhecimento em organizações são assim definidos:

- O *conhecimento explícito* se caracteriza por sua materialização em registros de instruções e informações no acervo cultural de conhecimento objetivo (Berger & Luckmann, 2005; Popper, 1975), tecnologias e artefatos, podendo ser difundido facilmente em redes sociais (Nonaka & Takeuchi, 1997; Patriotta, 2003).
- O *conhecimento efetivo* refere-se à dimensão utilitária que está na esfera da gestão e é difundido e construído por meio de práticas sociais cotidianas que são disseminadas no campo organizacional em que estão imersas as organizações e que visam a resultados efetivos, sendo fundamentado na racionalidade prática (Kalberg, 1980).
- O *conhecimento institucional* refere-se a um determinado padrão em evolução que conforma relações sociais por sua internalização e que passa a ser uma referência para os diversos atores sociais de um mesmo campo ou de outros campos, de modo a afetar as regras, as normas e os comportamentos deles ao longo do tempo. Fundamenta-se nas racionalidades formal e substantiva (Kalberg, 1980; Scott, 2008) e pode ser tanto um conhecimento explícito quanto efetivo que evoluíram e passaram a ser padrões internalizados pelos atores sociais de um determinado campo. Predomina, portanto, no pilar cognitivo delimitado por Scott (2008), muito embora também esteja presente nas regras e normas difundidas.

Por isso:

- Hipótese 9: As instituições vigentes do contexto institucional de um APL geram maior internalização de conhecimentos pelos atores sociais imersos no campo.

Então, se aquilo que está institucionalizado se institucionalizou como um padrão que conforma relações sociais, esse é um tipo de conhecimento num sentido mais firme da noção weberiana da racionalidade formal de como uma sociedade ou microsociedade resolve os seus problemas. Nesse sentido, suas instituições fazem parte do conhecimento. As instituições mudam ao longo do tempo quando as regras começam a mudar, e o conhecimento afeta a mudança das regras de sociedade para sociedade numa lógica evolucionista. A instituição como o próprio conhecimento em evolução. O trabalho de Gawer e Phillips (2013) ilustra essa questão ao investigar como o *institutional work* foi utilizado para promover processos de mudança da lógica institucional predominante na Intel, a partir do final dos anos 1980 até o final da década de 1990.

Um aspecto fundamental para a configuração do conhecimento em organizações diz respeito à sua aceitação e difusão, de forma a contribuir para a institucionalização de padrões num dado campo organizacional. Desse modo, o microprocedimento da institucionalização pode ser entendido a partir da internalização do conhecimento difundido na rede interorganizacional, conforme o *institutional work* de implementação dos atores envolvidos. Assim, este estudo propõe o seguinte:

- Hipótese 10: As ações sociais de criação e de manutenção implementadas pelos atores sociais imersos geram maior internalização de conhecimentos num APL.

A noção de conhecimento difundido num campo pode ser delimitada a partir de atores imersos em redes interorganizacionais como os APLs, uma vez que os fundamentos dessa difusão operam em níveis distintos, seja no macronível mediante pressões institucionais oriundas do contexto ou das próprias instituições, seja no micronível pela ação dos agentes em suas arenas, ao fazerem prevalecer seus conhecimentos nas relações sociais com outros atores. Segundo Lawrence e Suddaby (2006, p. 247), o “conceito de difusão é central para a teoria institucional e, particularmente, para a pesquisa empírica que compõe o núcleo dessa tradição”. Difusão ao longo de um campo envolve *institutional work* substancial por parte dos atores organizacionais indutores para persuadir os outros atores a aceitar padrões inovadores, num esforço para compreendê-los e aplicá-los a suas próprias situações, modificá-los a fim de obter legitimidade interna e forjar conexões práticas para a adoção da nova estrutura (Hinings & Greenwood, 1988; Lawrence & Suddaby, 2006).

A difusão é considerada a partir dos atores indutores imersos nos APLs e não apenas como pressão institucional de padrões já estabelecidos. É situada como uma etapa posterior à internalização no nível micro de análise numa lógica *bottom-up*, com ênfase na relação social entre atores indutores e induzidos. No mundo social, o ator necessita de conhecimentos para resolver os problemas do cotidiano, e, então, ele depara com outros atores que detêm aquele conhecimento. Ao estar imerso socialmente, esse ator necessita interagir tanto para obter conhecimento como para partilhá-lo com outros atores. Logo:

- Hipótese 11: O desenvolvimento das relações sociais gera maior difusão de conhecimentos e de padrões entre os atores sociais imersos, fortalecendo a coalizão de atores indutores.

O padrão de eventos e relações que definem a institucionalização envolve uma ação social que é reconhecida por poucos atores influentes e, em seguida, amplamente difundida e aceita dentro de um campo (Meyer & Rowan, 1977; Leblebici, Salancik, Copay, & King, 1991; Zucker, 1977). A implementação dessa ação social, ao ser aceita no campo, inicia um provável processo de internalização de conhecimentos pelos atores sociais envolvidos. Os aspectos cognitivos do processo de internalização de conhecimento sugerem que a sua difusão ocorre num contexto multifacetado (Kostova, 1999) em que os atores estão imersos (Granovetter, 1985) e que o sucesso dessa difusão é afetado por esse ambiente mesclado em três tipos: institucional, econômico e relacional, em combinação com as ações sociais que são realizadas por esses atores no nível micro. Assim:

- Hipótese 12: A internalização de conhecimentos pelos atores sociais imersos gera sua maior difusão no campo organizacional de um APL.

E, de forma recíproca:

- Hipótese 13a: A difusão de conhecimentos pelos atores imersos reforça a internalização de conhecimentos na rede.
- Hipótese 13b: A difusão de conhecimentos pelos atores imersos gera maior reforço na implementação das ações sociais definidas por eles.
- Hipótese 13c: A difusão de conhecimentos pelos atores imersos favorece a aceitação do modelo APL entre eles.

Porém, pode-se apreciar aqui até que ponto a condição da institucionalização de um APL baseia-se no conhecimento difundido em rede. Sugere-se que há conhecimento difundido num arranjo sem necessariamente haver a aceitação do modelo prescrito de APL. No estudo *cross-country* de multinacionais feito por Kostova (1999), por exemplo, detectou-se que pode haver aceitação sem necessariamente haver internalização de conhecimentos ou práticas, e consequentemente não ocorreu institucionalização em alguns casos. Todavia, no estudo de Hanssen-Bauer e Snow (1996), as experiências das empresas sugerem que respostas organizacionais bem-sucedidas à hipercompetição em muitas regiões industriais exigem esforços coletivos de empresas para aprender novas abordagens, bem como obter o apoio das instituições regionais e nacionais. A indução da rede desencadeou um processo de difusão de conhecimento entre as diversas empresas, capaz de gerar crescimento econômico na região, ou seja, o *institutional work* de indução teve um papel decisivo para o sucesso da institucionalização.

É possível caracterizar o *institutional work* de difusão como um importante elemento para a delimitação das fronteiras de campos organizacionais e de fontes

de isomorfismo. As práticas observadas numa rede de organizações podem dar pistas do que está institucionalizado no campo ou não. As práticas que não se coadunam coletivamente podem indicar a ação de atores sociais desafiadores que tentam diruir as instituições vigentes ou transformá-las, ou ainda criar novas instituições. As referências para tais ações de enfrentamento podem ser oriundas de fora das fronteiras do campo organizacional investigado e comparadas com as práticas vigentes naquele campo.

O modelo APL, tomado como referência, passa necessariamente pelo micro-procedimento da institucionalização a partir de sua aceitação. Desse modo, passam a coexistir no campo ações sociais de manutenção das instituições vigentes e ações sociais de criação de instituições e de novas condições econômicas e relacionais. Por isso, o microprocedimento da institucionalização do modelo APL possibilita o surgimento de instituições e a evolução das condições institucionais e relacionais do campo. A partir dessa delimitação de conceitos e hipóteses, são apresentados, na sequência, os procedimentos metodológicos a serem utilizados para realizar investigações empíricas.

5 MODELO TEÓRICO

Essa abordagem mais centrada na agência, levando em conta as influências do contexto institucional e o caráter de sua lógica evolucionista, coaduna-se com a sociologia compreensiva em Weber (1994, 1999) e denota uma coerência com os pressupostos epistemológicos do construtivismo social⁸ (Vasconcelos, 2004; Weber, 1994), resultando na necessária utilização de vários métodos de pesquisa. A pesquisa construtivista deve ser feita a partir do ponto de vista dos atores sociais, em oposição a uma perspectiva objetivista de uma indústria ou firma: “O foco da pesquisa passa a ser as dinâmicas sociais das pessoas nas organizações, o que elas pensam, como elas concebem a realidade e como elas agem” (Vasconcelos, 2004, p. 166). Desse modo, tanto métodos qualitativos quanto quantitativos devem ser utilizados no processo.

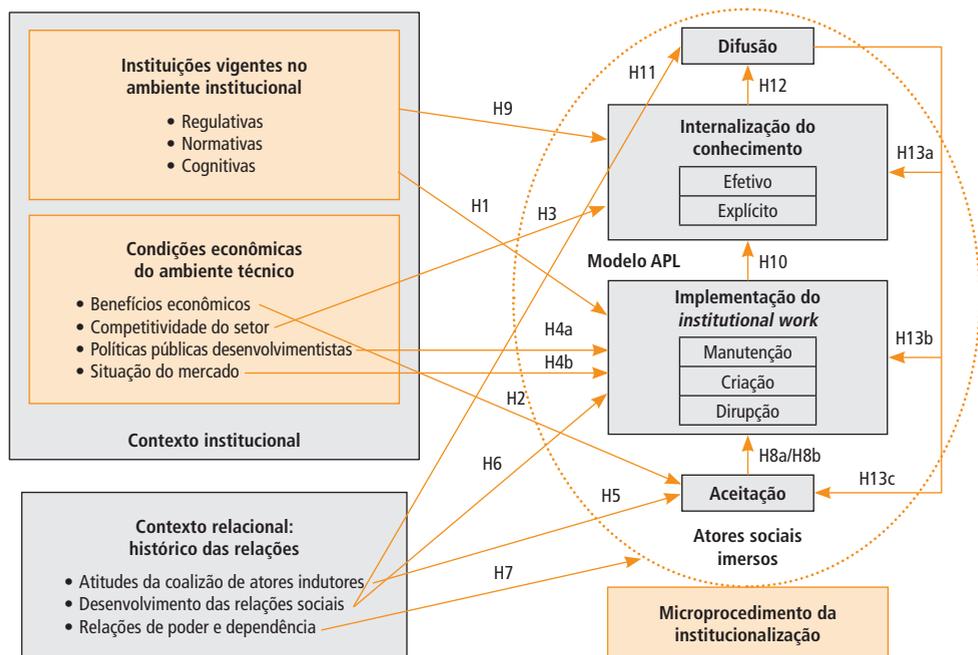
⁸ A origem da teoria interpretativa moderna e da visão construtivista que dela decorre pode ser remetida à obra de Weber (1994, 1999) e à sua proposta de sociologia interpretativa. Weber originariamente adota uma posição intermediária entre o objetivismo e o subjetivismo, quando propõe a adoção de um modo capaz de combinar esses dois polos. Weber se posiciona distintamente contra a validade absoluta das leis gerais em ciências sociais sem, no entanto, negar que os métodos quantitativos têm importante papel na generalização do conhecimento. Segundo ele, a abordagem objetivista, ao generalizar leis causais de comportamento a partir de um conjunto de variáveis observadas, deixa de levar em conta a dimensão individual e significativa da ação humana e a reduz a simples mecanismos automáticos que não explicam eficazmente a evolução da sociedade (Vasconcelos, 2004, p. 162).

Dimensionaram-se as categorias analíticas à medida que o modelo teórico foi sendo construído no contato com a teoria e mediante as posições ontológica e epistemológica adotadas. A Figura 1 apresenta o esquema de análise da pesquisa e as relações entre as categorias analíticas que foram ilustradas no formato de hipóteses ao longo do artigo para explicar a lógica de funcionamento de APLs. Os processos de aceitação, implementação, internalização e difusão do modelo APL no nível micro também são visualizados.

Definiu-se a identificação com o modelo como a aceitação de padrões pelos atores no nível micro, e a análise do ambiente técnico foi contemplada como parte do contexto institucional. A implementação foi redefinida como o conjunto de ações sociais (*institutional work*) realizadas pelos atores sociais imersos, tendo como provável consequência a internalização de conhecimentos. Aqui, a implementação difere da ideia de Kostova (1999), e a internalização leva em conta o aspecto cognitivo de assimilação de conhecimentos pela economia psicológica decorrente do hábito, assim como admite a evolução dos conhecimentos institucionalizados.

FIGURA 1

CONFIGURAÇÃO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MODELO PRESCRITO DE APL



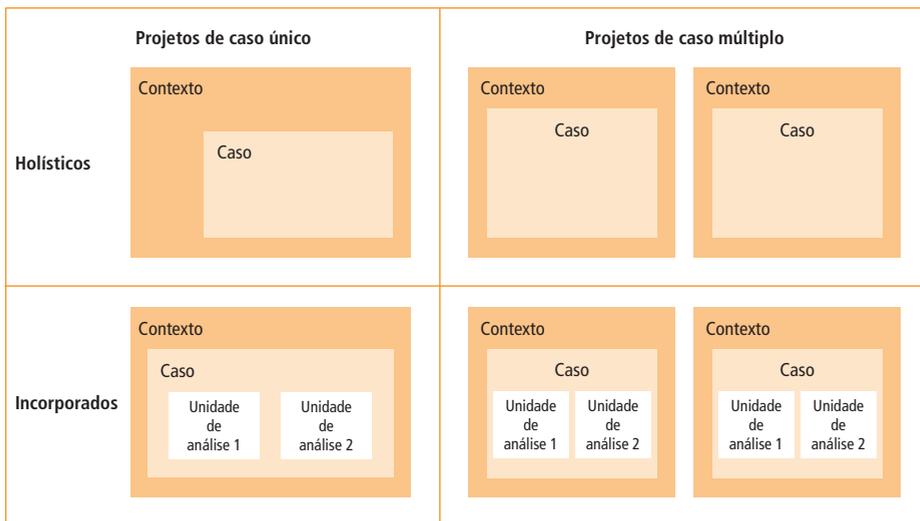
Fonte: Elaborada pelos autores com base na análise da literatura e no contato com o campo.

A pesquisa se caracteriza, portanto, como um estudo de caso múltiplo comparativo, em que casos individuais são estudados e comparados para manifestar características similares ou contrastantes e alcançar uma melhor compreensão sobre um conjunto mais amplo de casos. Yin (2005) apresenta quatro possibilidades, para delinear um estudo de caso, mostradas na Figura 2, conforme o número de casos, o contexto e a unidade incorporada de análise. De acordo com o autor, o estudo de caso pode ser único ou múltiplo e holístico ou incorporado.

Assim, a pesquisa, que tem uma natureza essencialmente qualitativa, configura-se como um estudo de caso múltiplo holístico e comparativo (Yin, 2005), que também pode utilizar ferramentas quantitativas, caracterizando o uso de multimétodos ao combinar pesquisa de campo, *survey* e pesquisa documental para investigar o mesmo problema de pesquisa (Brewer & Hunter, 2006).

FIGURA 2

TIPOS BÁSICOS DE DESIGN DE ESTUDOS DE CASO



Fonte: Maffezzolli e Boehs (2008, p. 99) com base em Yin (2005).

Apesar de, na etapa quantitativa, haver uma avaliação do modelo pelas empresas de cada APL, o estudo, ao abordar cada APL como um caso, preocupa-se, na etapa qualitativa, com a descrição e depois com a comparação dos casos, observando se são similares ou contrastantes, mesmo que, para fazer isso, utilize procedimentos quantitativos. Na sequência, são apresentadas as conclusões do artigo e as recomendações para a realização de pesquisas futuras.

6 CONCLUSÕES

A principal contribuição do artigo foi apresentar o microprocedimento da institucionalização para investigar como o modelo APL é aceito e adotado a partir de uma lógica *bottom-up*⁹, tanto para criar e modificar como para sustentar as instituições vigentes. Casos empíricos poderão ilustrar como o *institutional work* dos atores imersos num APL pode conformar os conhecimentos difundidos e explicar a institucionalização de padrões, levando em conta a influência dos contextos institucional e relacional mais abrangentes.

Para avaliar a aceitação do modelo, há um passo qualitativo antes. Deve-se partir dos atores indutores interessados em institucionalizar o modelo APL no nível do campo para construir o instrumento de avaliação quantitativa para verificar se o modelo foi aceito, observando se foi adotado da forma como prescrito e se está em uso, ou seja, se foi implementado, e se os conhecimentos decorrentes foram ou estão sendo internalizados (se os atores imersos valorizam o modelo, acreditam nele e o consideram importante). A etapa qualitativa não tem relação direta com a quantitativa, pois é preciso compreender o contexto histórico, como o modelo APL foi assimilado e quais foram as ações sociais realizadas para legitimar esse modelo. Depois, a etapa quantitativa avalia a aceitação do modelo e das ações sociais e dos conhecimentos disseminados junto aos atores imersos. O objetivo é saber quanto se destoa daquilo que está sendo proposto, o que efetivamente acaba sendo aceito em cada APL e se houve institucionalização de padrões.

O esquema de análise apresentado revelou-se consistente e adequado para avaliar a institucionalização em APLs, bem como para testar empiricamente as hipóteses levantadas e explorar as possíveis relações estabelecidas. Dessa forma, a contribuição teórica para os estudos organizacionais, com a proposição desse modelo, foi contemplada; e novas análises das consequências disso serão oportunamente apresentadas para a academia, além de gerar novos *insights* para pesquisas futuras. Uma amostra das tendências de investigação sobre o *institutional work* pode ser encontrada no trabalho de Lawrence, Leca e Zilber (2013).

⁹ Essa questão é particularmente importante e um dos principais motivadores da pesquisa, pois trata da análise institucional a partir do lócus da ação e dos sujeitos, de modo a privilegiá-los como não estritamente passivos ao processo de conformidade institucional, estrutural e funcional. Esse conceito é notadamente objeto de crítica, como se esta fosse essencialmente determinista e voltada para a explicação do *status quo*; o quão se sustenta, exceto pela ênfase dos projetos das pesquisas realizadas entre os anos 1960 e 1980, foi uma preocupação da agenda de pesquisa e não da capacidade e do escopo explicativo da teoria.

A agenda de pesquisa apresentada a seguir sugere alguns desdobramentos sobre outros conceitos e métodos que podem ser utilizados em trabalhos futuros, bem como o que pode ser investigado e testado. O presente trabalho não tem a pretensão de esgotar as possibilidades de estudos sobre APLs. Pelo contrário, abre uma avenida de novas possibilidades de investigação para aprofundar o tema e preencher *gaps* teóricos. Entre elas, podemos elencar e recomendar:

1. Investigar o processo de desinstitucionalização (Davis, Diekmann, & Tinsley, 1994; Oliver, 1992) observado em aglomerações que enfrentam problemas e se desestruturam. Os processos de dirupção envolvidos (Lawrence & Suddaby, 2006) nessa desinstitucionalização não foram devidamente tratados pela literatura, e os processos de mudança institucional gradual, descritos por Mahoney e Thelen (2010), por exemplo, podem ser úteis nessa tarefa, envolvendo pressupostos do institucionalismo histórico.
2. Abordar as ações sociais identificadas em pesquisas empíricas sobre a perspectiva da lógica institucional trabalhada por Thornton, Ocasio e Lounsbury (2012) para explicar como elas são definidas na concretude das práticas dos atores imersos.
3. Estudar *clusters* aplicando o modelo teórico ora desenvolvido para confirmar e ampliar seu poder de explicação da realidade ou mesmo refutar e adaptar seus argumentos.
4. Realizar estudos de caso múltiplo incorporado, em vez de holístico, com cada APL investigado, conforme definido por Yin (2005), ou seja, selecionar, por exemplo, uma amostra de empresas em cada *cluster* para avaliar como o *institutional work* no nível do campo organizacional afeta a cultura organizacional e a definição das estratégias empresariais no nível organizacional.
5. Aplicar a metodologia desenvolvida nesta proposta para investigar como o *institutional work* realizado por incubadoras de empresas de base tecnológica gera empresas inovadoras que se lançam no mercado e promovem o desenvolvimento local.
6. E, finalmente, sugere-se analisar e identificar que políticas públicas foram mais efetivas para promover o crescimento de APLs e como a comunidade local pode interferir nesse processo de forma a estimular ou inibir o desenvolvimento econômico e social numa localidade.

INSTITUTIONAL WORK AND KNOWLEDGE IN NETWORK INTERORGANIZATIONAL: A PROPOSAL TO INVESTIGATE LPAs

ABSTRACT

This article aims to provide an outline analysis of local productive arrangements (LPAs) by way of institutional and networks perspectives to evaluate the institutionalization of the LPA model in clusters of firms. Along the theoretical basis of the work, we propose a set of 13 hypotheses that explore new relationships between the constructs used in the analysis. The arguments are based on institutionalist assumptions and introduce the logic of change from the work of institutional actors immersed in an interorganizational network exchanging knowledge through social relation. The scheme of analysis, defined as micro procedure of institutionalization, is built upon acceptance, deployment, diffusion and internalization of standards, knowledge and social actions; taking into account the influence of institutional and relational contexts in the organizational field level. The methodology for empirical treatment of model proposes to initiate research using a qualitative basis through thematic content analysis of the sources of research at the field level; and the intersection of these data on the actors immersed level using quantitative tools. Thus, research is characterized as comparative multiple case study whose individual cases are studied and compared to show similar or contrasting characteristics and achieve a better understanding of the phenomenon. Using the theoretical model can explain how the institutionalization happens in a logical bottom-up rather than a deterministic view based only on the institutional context. The analysis schema proves to be consistent, unique and suitable for evaluating the institutionalization in LPAs, and to empirically test the hypothesis presented. This more focused approach in the agency, taking into account the influence of the institutional context and the character of its evolutionary logic is consistent with comprehensive sociology of Weber, and shows consistency with the epistemological assumptions of social constructivism, resulting in the required use of various methods of research. In conclusion, besides the their contributions, the paper presents a research agenda on institutionalization in clusters and other objects of research, and proposes an empirical test of the model and other institutionalist theories.

KEYWORDS

Institutional work. Widespread knowledge. Interorganizational networks. Local productive arrangements. Institutionalization.

INSTITUTIONAL WORK Y CONOCIMIENTO EN RED INTERORGANIZACIONAL: UNA PROPUESTA PARA INVESTIGAR APLs

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo proporcionar un esbozo de análisis de arreglos productivos locales (APLs) a través de las perspectivas de redes y institucional para evaluar la institucionalización del modelo APL en racimos de empresas. A lo largo de la base teórica de la obra, se propone un conjunto de 13 hipótesis que exploran nuevas relaciones entre las construcciones utilizadas en el análisis. Los argumentos se basan en suposiciones institucionalistas e introducen la lógica de cambio a partir del *institutional work* de los actores inmersos en una red interinstitucional que intercambian conocimiento a través de la relación social. El esquema de análisis, que se define como micro procedimiento de la institucionalización, se basa en la aceptación, el despliegue, la difusión y la internalización de las normas, el conocimiento y la acción social; teniendo en cuenta la influencia de los contextos institucionales y relacionales en el nivel del campo organizacional. La metodología para tratamiento empírico del modelo propone iniciar la investigación con una base cualitativa a través de análisis de contenido temático de las fuentes de la investigación sobre el nivel del campo; y la intersección de estos datos no nivel de los actores sumergidos utilizando herramientas cuantitativas. Así, la investigación se caracteriza como estudio de caso múltiple comparativo donde los casos individuales son estudiados y comparados para mostrar características similares o contrastantes y lograr una mejor comprensión del fenómeno. El uso del modelo teórico podrá explicar como la institucionalización ocurre en una lógica de abajo hacia arriba en lugar de una visión determinista basada sólo en el contexto institucional. El modelo de análisis resulta ser consistente, único y adecuado para la evaluación de la institucionalización en APLs y probar empíricamente las hipótesis presentadas. Este enfoque más centrado en la agencia, teniendo en cuenta la influencia del contexto institucional y el carácter de su lógica evolutiva es consecuente con la sociología comprensiva de Weber y muestra coherencia con los supuestos epistemológicos del constructivismo social, que resulta en el uso requerido de varios métodos de investigación. En conclusión, además de sus contribuciones, el artículo presenta una agenda de investigación sobre la institucionalización en APLs y otros objetos de la investigación, y propone una prueba empírica del modelo y de otras teorías institucionalistas.

PALABRAS CLAVE

Institutional work. Conocimiento generalizado. Redes interorganizacionales. Arreglos productivos locales. Institucionalización.

REFERÊNCIAS

- Albers, S. (2005). *The design of alliance governance systems*. Köln: Kölner Wissenschaftsverlag.
- Amato, J., Neto (2000). *Redes de cooperação produtiva e clusters regionais: oportunidades para as pequenas e médias empresas*. São Paulo: Atlas.
- Axelrod, R. (1984). *The evolution of cooperation*. New York: Basic Books.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2005). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento* (25a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Brewer, J., & Hunter, A. (2006). *Foundations of multimethod research: synthesizing styles*. Thousand Oaks: Sage.
- Campbell, J. L. (2004). *Institutional change and globalization*. Princeton: Princeton University Press.
- Casarotto Filho, N., & Pires, L. H. (2001). *Redes de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local*. São Paulo: Atlas.
- Castro, M. (2013). *Contexto institucional de referência, governança de redes e processos de cooperação e competição: estudo em arranjos produtivos locais do Estado do Paraná*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Child, J., & Rodrigues, S. B. (1996). The role of social identity in the international transfer of knowledge through joint ventures. In S. Clegg & G. Palmer (Eds.). *The politics of management knowledge* (pp. 46-68). London: Sage.
- Coraiola, D. M., Baratter, M. A., Takahashi, A. R. W., & Lemos, E. L. (2012). Institutional work and the institutionalization of child care in Brazil: the case of Pastoral da Criança (PCR). *Proceedings of Egos Colloquium*, Helsinki, Finland, 28.
- Costa, E. J. M. (2010). *Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional*. Brasília: Mais Gráfica.
- Davenport, T. H., & Prusak, L. (1998). *Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual*. Rio de Janeiro: Campus.
- Davis, G. F., Diekmann, K. A., & Tinsley, C. H. (1994). The decline and fall of the conglomerate firm in the 1980s: the deinstitutionalization of an organizational form. *American Sociological Review*, 59(4), 547-570.
- DiMaggio, P. J. (1986). Structural analysis of organizational fields: a blockmodel approach. In B. M. Staw & L. L. Cummings (Eds.). *Research in organizational behavior* (Vol. 8, pp. 335-370). Greenwich: JAI Press.
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(8), 147-160.
- Emirbayer, M., & Mische, A. (1998). What is agency? *American Journal of Sociology*, 103(4), 962-1023.
- Erber, F. (2008). Eficiência coletiva em arranjos produtivos locais: comentando o conceito. *Nova Economia*, 18(1), 11-32.

- Fligstein, N. (2001). Social skill and the theory of fields. *Sociological Theory*, 19(2), 105-125.
- Gawer, A., & Phillips, N. (2013). Institutional work as logics shift: the case of Intel's transformation to platform leader. *Organization Studies*, 34(8), 1035-1071.
- Gonçalves, S. A. (2007). Mudança estratégia, esquemas interpretativos e contexto institucional: um estudo de caso longitudinal. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, 6(2), 1-28.
- Granovetter, M. (1985). Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, 91(3), 481-510.
- Greenwood, R., Oliver, C., Sahlin, K., & Suddaby, R. (Eds.). (2008). Introduction. In R. Greenwood, C. Oliver, K. Sahlin & R. Suddaby. *The Sage handbook of organizational institutionalism* (pp. 1-46). Los Angeles: Sage.
- Guarido Filho, E. R., & Machado-da-Silva, C. L. (2001). A influência dos valores ambientais e organizacionais sobre a aprendizagem organizacional na indústria alimentícia paranaense. *Revista de Administração Contemporânea*, 5(2), 33-63.
- Hall, P., & Taylor, R. C. R. (1996). Political science and the three new institutionalisms. *Political Studies*, 44(5), 936-957.
- Hanssen-Bauer, J., & Snow, C. C. (1996). Responding to hypercompetition: the structure and process of regional learning network organization. *Organization Science*, 7(4), 413-427.
- Hinings, C. R., & Greenwood R. (1988). The normative prescription of organizations. In L. Zucker (Ed.). *Institutional patterns and organizations: culture and environment* (pp. 53-70). Cambridge: Balinge.
- Jacometti, M. (2013). *Institutional work na conformação do conhecimento difundido em redes inter-organizacionais: estudo de APLs no Estado do Paraná*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Kagan, J. (1958). The concept of identification. *Psychological Review*, 65, 296-305.
- Kalberg, S. (1980). Max Weber's types of rationality: cornerstones for the analysis of rationalization processes in history. *American Journal of Sociology*, 85(5), 1145-1179.
- Kodeih, F., & Greenwood, R. (2014). Responding to institutional complexity: the role of identity. *Organization Studies*, 35(1), 7-39.
- Kostova, T. (1999). Transnational transfer of strategic organizational practices: a contextual perspective. *Academy of Management Review*, 24(2), 308-324.
- Kraatz, M. S., & Zajac, E. J. (1996). Exploring the limits of the new institutionalism: the causes and consequences of illegitimate organizational change. *American Sociological Review*, 61(5), 812-836.
- Lanzara, G. F., & Patriotta, G. (2007). The institutionalization of knowledge in an automotive factory: templates, inscriptions, and the problem of durability. *Organization Studies*, 28(5), 635-660.
- Lastres, H. M. M. (2007). *Arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais: contribuições para uma nova política de desenvolvimento industrial e tecnológico*. Brasília: MCT.
- Lawrence, T. B., Leca, B., & Zilber, T. B. (2013). Institutional work: current research, new directions and overlooked issues. *Organization Studies*, 34(8), 1023-1033.
- Lawrence, T. B., & Suddaby R. (2006). Institutions and institutional work. In S. R. Clegg, C. Hardy, T. B. Lawrence & W. R. Nord (Eds.). *Handbook of organization studies* (2nd ed., pp. 215-254). London: Sage.
- Lawrence, T. B., Suddaby R., & Leca, B. (2009). *Institutional work: actors and agency in institutional studies of organizations*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Leblebici, H., Salancik, G. R., Copay, A., & King, T. (1991). Institutional change and the transformation of interorganizational fields: an organizational history of the U. S. radio broadcasting industry. *Administrative Science Quarterly*, 36(3), 333-363.
- Leonel, R. S., Junior & Cunha, C. R. (2013). Atores, trabalho institucional e a institucionalização da estratégia de diversificação em uma cooperativa agroindustrial. *Base – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 10(1), 81-98.
- Machado, S. A. (2003). *Dinâmica dos arranjos produtivos locais: um estudo de caso em Santa Gertrudes, a nova capital da cerâmica brasileira*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Machado-da-Silva, C. L., & Barbosa, S. L. (2002). Estratégia, fatores de competitividade e contexto de referência das organizações: uma análise arquetípica. *Revista de Administração Contemporânea*, 6(3), 7-32.
- Machado-da-Silva, C. L., & Fonseca, V. S. (2010a). Competitividade organizacional: uma tentativa de reconstrução analítica. *Revista de Administração Contemporânea*, ed. esp., 33-49.
- Machado-da-Silva, C. L., & Fonseca, V. S. (2010b). Conversação entre abordagens da estratégia em organizações: escolha estratégica, cognição e instituição. *Revista de Administração Contemporânea*, ed. esp., 51-75.
- Maffezzolli, E. C. F., & Boehs, C. G. E. (2008). Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa. *Revista da FAE*, 11(1), 95-110.
- Mahoney, J., & Thelen, K. (2010). A theory of gradual institutional change. In J. Mahoney & K. Thelen. *Explaining institutional change: ambiguity, agency, and power* (pp. 1-37). New York: Cambridge University Press.
- Marshall, A. (1925). *Principles of economics* (8th ed). London: Macmillan.
- Mathieu, J., & Zajac. D. (1990). A review and meta-analysis of the antecedents, correlates, and consequences of organizational commitment. *Psychological Bulletin*, 108(2), 171-194.
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, 83(2), 340-363.
- Meyer, J. W., & Scott, W. R. (1983). Centralization and the legitimacy problems of local government. In J. W. Meyer & W. R. Scott (Eds.). *Organizational environments: ritual and rationality* (pp. 199-215). Beverly Hills: Sage.
- Nath, S. K. (1969). *A reappraisal of welfare economics*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Negrão, M. D. A. (2006). *Oportunidades e desafios para o fortalecimento dos APLs no Paraná: uma análise dos processos de gestão em indústrias do APL de bonés – Apucarana* [Concurso IEL de monografias sobre a relação universidade/empresa]. Curitiba: IEL.
- Nonaka, I., & Takeuchi, H. (1997). *Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação* (6a ed.). Rio de Janeiro: Campus.
- North, D. C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. New York: Cambridge University Press.
- Oliver, C. (1992). The antecedents of deinstitutionalization. *Organization Studies*, 13(4), 563-588.
- Outhwaite, W., & Bottomore, T. (1996). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Patriotta, G. (2003). *Organizational knowledge in the making: how firms create, use, and institutionalize knowledge*. Oxford: Oxford University Press.

- Pfeffer, J., & Salancik, J. (1978). *The external control of organizations: a resource dependence view*. New York: Harper & Row.
- Polanyi, K. (1944). *The great transformation*. New York: Farrar.
- Popper, K. R. (1975). *Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- Porter, M. E. (1998). Clusters and the new economics of competition. *Harvard Business Review*, 76(6), 77-90.
- Powell, W. W., & Smith-Doerr, L. (1994). Network and economic life. In N. Smelser & R. Swedem-berg. *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press.
- Powell, W. W., White, D. R., Koput, K. W., & Owen-Smith, J. (2005). Network dynamics and field evolution: the growth of interorganizational collaboration in the life sciences. *American Journal of Sociology*, 110(4), 1132-1205.
- Probst, G., Raub, S., & Romhardt, K. (2002). *Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso*. Porto Alegre: Bookman.
- Putnam, R. D. (2006). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna* (5a ed.). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (2009). *Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil* (Relatório final: síntese dos resultados, conclusões e recomendações). Paraná: RedeSist.
- Rocha, J. D., & Bursztyn, M. (2006). Território, saberes locais e sustentabilidade: a busca do desenvolvimento via arranjos produtivos locais. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade*, Brasília, DF, Brasil, 3.
- Rodrigues, A. M. (2003). *Cluster e competitividade: uma análise da concentração de micro e pequenas empresas de alimentos no município de Marília/SP*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, Brasil.
- Saxenian, A. (1994). *Regional advantage: culture and competition in Silicon Valley and Route 128*. Cambridge: Harvard University Press.
- Scott, W. R. (1992). The organization of environments: network, cultural, and historical elements. In L. W. Meyer & W. R. Scott (Eds.). *Organizational environments: ritual and rationality*. London: Sage.
- Scott, W. R. (1994). Conceptualizing organizational fields: linking organizations and societal systems. In H. Derlien, U. Gerhardt & F. Scharpf (Eds.). *Systems rationality and partial interests* (pp. 203-221). Baden: Nomos.
- Scott, W. R. (2002). *Organizations: rational, natural and open systems* (5th ed.). Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Scott, W. R. (2008). *Institutions and organizations: ideas and interests* (3rd ed.). Los Angeles: Sage.
- Smothers, J., Murphy, P. J., Novicevic, M. M., & Humphreys, J. H. (2014). Institutional entrepreneurship as emancipating institutional work: James Meredith and the Integrationist Movement at Ole Miss. *Journal of Management History*, 20(1), 114-134.
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 8(16), 20-45.
- Suddaby, R., & Viale, T. (2011). Professionals and field-level change: institutional work and the professional project. *Current Sociology*, 59(4), 423-442.
- Suzigan, W. (2001). *Aglomeraciones industriais como foco de políticas*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

- Szulanski, G. (1996). Exploring internal stickiness: impediments to the transfer of best practice within the firm. *Strategic Management Journal*, 17, 27-43.
- Thornton, P. H., Ocasio, W., & Lounsbury, M. (2012). *The institutional logics perspective*. Oxford: Oxford University Press.
- Tolbert, P. S., & Zucker, L. G. (1983). Institutional sources of change in the formal structure of organizations: the diffusion of civil service reform, 1880-1935. *Administrative Science Quarterly*, 28(1), 22-39.
- Vasconcelos, F. C. (2004). A institucionalização das estratégias de negócios: o caso das *start-ups* na internet brasileira em uma perspectiva construtivista. *Revista de Administração Contemporânea*, 8(2), 159-179.
- Vicari, F. M. (2009). *Uma proposta de roteiro para diagnóstico de clusters*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, Brasil.
- Weber, M. (1994). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (Vol. 1, 3a ed.). Brasília: UnB.
- Weber, M. (1999). *Metodologia das ciências sociais – parte 1* (3a ed.). São Paulo: Cortez.
- Williamson, O. E. (2005). Why law, economics, and organization? *Annual Review of Law and Social Science*, 1, 369-396.
- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (3a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Zucker, L. G. (1977). The role of institutionalization in cultural persistence. *American Sociological Review*, 42(5), 726-743.